

PF investiga ataque hacker da Abin ao Paraguai

Invasões buscaram informações sigilosas durante negociações

Por Gabriela Gallo

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) vira alvo de polêmica. Uma reportagem do portal UOL, divulgada nesta segunda-feira (31), denunciou um esquema hacker de espionagem vinda da agência a autoridades do Paraguai. Segundo informações da Polícia Federal (PF), coletadas a partir de uma denúncia de um funcionário da Abin (que teve a identidade preservada), a agência invadiu computadores para obter informações sigilosas acerca de tarifas da usina hidrelétrica de Itaipu, alvo de disputas comerciais. A polícia investiga se a operação hacker teve caráter ilegal. A operação foi elaborada e aprovada durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas foi executada no atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em grande parte da gestão Bolsonaro, a Agência de inteligência foi presidida pelo deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), que foi exonerado do cargo no último ano de governo, em 2022, para cuidar de sua candidatura. No lugar dele, assumiu Victor Carneiro, que aprovou o plano do acesso hacker, de acordo com as apurações da PF. Mas, segundo os investigações, o plano foi executado durante a gestão do atual diretor-geral da agência, Luiz Fernando Corrêa, indicado pelo presidente Lula.

Os agentes da Abin usaram um programa chamado Cobalt Strike, utilizado para a invasão de dispositivos de informática, que invadiu contas do Congresso paraguaio, Câmara, Senado e Presidência da República.

Usina

A Barragem de Itaipu faz parte de uma usina hidrelétrica no rio Paraná, que divide o Brasil e o Paraguai. A usina hidrelétrica foi fundada em 1984, mas antes, em 1973, foi assinado o



Paraguai vende energia excedente de Itaipu para o Brasil

Tratado de Itaipu que determinava que a produção de energia teria que ser dividida igualmente entre os países.

Contudo, devido a seu menor tamanho e estrutura, o Paraguai consome menos energia que o Brasil e passou a vender energia ao país vizinho.

O Paraguai considerava o valor que vendia a energia para o Brasil (US\$ 16,71 por quilowatt mensal) como inferior ao que julgava justo, o que gerou atritos. Pelo pré-acordo, os valores das tarifas teriam que voltar a ser discutidos em 2023. O suposto ataque hacker da Abin ocorreu em um momento estratégico para as negociações de comercialização entre os países. O funcionário da Abin que delatou à PF não especificou se as informações das invasões das contas ajudaram o Brasil na hora da negociação dos valores.

Em maio de 2024, os países fecharam um novo acordo referente ao Anexo C (que define as condições de comercialização da energia gerada pela megasusina hidrelétrica). Ficou definido que o Brasil passariam a pagar US\$ 19,28 por quilowatt, um valor inferior ao que foi pedido pelo país vizinho, mas ainda foi considera-

do uma vitória ao Paraguai. Com validade de abril a dezembro de 2025, a nova tarifa foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas o reajuste ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Resposta

Em nota, divulgada nesta segunda-feira horas depois da notícia, o Ministério de Relações Exteriores negou envolvimento do governo federal no caso, alegando que a ação aconteceu durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL) e durante o período de transição até o atual diretor-geral da Abin, Luiz Fernando Corrêa, assumir o posto.

“A citada operação foi autorizada pelo governo anterior, em junho de 2022, e tornada sem efeito pelo diretor interino da Abin em 27 de março de 2023, tão logo a atual gestão tomou conhecimento do fato. O atual diretor-geral da Abin encontrava-se, naquele momento, em processo de aprovação de seu nome no Senado Federal, e somente assumiu o cargo em 29 de maio de 2023. O governo do Presidente Lula reitera seu compromisso com o respeito e o diálogo transparente como

elementos fundamentais nas relações diplomáticas com o Paraguai e com todos seus parceiros na região e no mundo”, destacou o ministério.

Ainda nesta segunda-feira, o ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano, disse que o governo paraguaio abriu uma investigação da suposta ação brasileira. Todavia, ele informou que não há evidências de que os computadores do país vizinho tenham sido invadidos pela agência de inteligência brasileira. Antes de falar com a imprensa, Lezcano se encontrou com o ministro de Relações Exteriores brasileiro, Mauro Vieira, que negou o envolvimento do atual governo federal no caso. “Temos a tranquilidade de que as informações que administramos no âmbito de nossas negociações internacionais estão protegidas”, disse Lezcano.

O chanceler paraguaio ainda alegou que não há negociações tarifárias envolvendo os países acerca da usina elétrica de Itaipu, já que os custos foram estabelecidos entre ambas as partes até 2027. Até o fechamento desta reportagem, o presidente paraguaio, Santiago Peña, não comentara sobre o caso.

Governo brasileiro não consegue negociar tarifaço

Por Karoline Cavalcante

Em meio às expectativas de aumento de tarifas internacionais impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), ao Brasil e demais países, o governo brasileiro está participando de uma série de reuniões com integrantes do governo norte-americano para achar alternativas ao tarifaço. No entanto, as tratativas ainda não chegaram a um consenso.

O líder republicano vem anunciando que, na próxima quarta-feira (2), será o “Dia da Libertação”, quando serão oficialmente aplicadas as sobretaxas a diversos produtos dos países estrangeiros. Já vigora a cobrança de 25% sobre todas as importações do aço e alumínio brasileiro.

Negociações

Na semana passada, uma comitiva de diplomatas brasileiros liderada pelo secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Palácio do Itamaraty, Maurício Carvalho Lyrio, desembarcou nos EUA para negociar com a Casa Branca. Entre os temas expostos, estiveram a intenção de recriar as cotas comerciais sobre aço e alumínio. A visita oficial teve três dias de duração, e segundo informações da CNN, Trump sinalizou abertura para



Lula cogita também sobretaxar, como reciprocidade

fechar acordos tarifários, porém, somente depois de quarta-feira.

Em uma manifestação oficial enviada ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos, à qual a Folha de S. Paulo teve acesso, o governo brasileiro demonstrou preocupação comercial. “O Brasil insta os Estados Unidos a priorizar o diálogo e a cooperação em vez da imposição de restrições comerciais unilaterais, cujos riscos podem alimentar uma espiral negativa de medidas que poderiam comprometer severamente nossa relação comercial mutuamente benéfica”, diz o documento.

OMC

Ao final de sua visita oficial ao Japão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reafirmou que vai recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as tarifas impostas por Trump ao Brasil. Caso a medida não seja suficiente, o chefe do Palácio do Planalto adiantou que irá aplicar as taxações recíprocas.

“O Brasil vai tentar negociar ao máximo. Todas as palavras que estão no nosso dicionário de negociação nós iremos utilizar. Mas nós não teremos nenhuma preocupação de recorrer à OMC, que é o lugar onde todos os problemas comerciais deve-

riam ser resolvidos. Se não for resolvido, temos o direito de impor reciprocidade aos Estados Unidos”, declarou.

A possibilidade de contestar à OMC já havia sido mencionada no início do mês pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB) como algo para manter o “multilateralismo e a complementaridade econômica”. À época, Alckmin participou de diversos encontros com integrantes do governo norte-americano em busca de acordos.

Haddad

Ao participar de um encontro sobre economia e clima na França, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou sobre o tarifaço de Trump. Para ele, qualquer retaliação ao Brasil vai soar injustificável à luz dos dados e à luz das décadas de parceria entre Estados Unidos e Brasil.

“Nós temos uma balança estável e equilibrada; apesar da vantagem dos Estados Unidos em relação ao Brasil, ela está relativamente equilibrada. Nós que teríamos mais espaço para crescer no comércio com eles”, prosseguiu o ministro à imprensa durante conferência na universidade Sciences Po, em Paris.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Fernando Frazão/Agência Brasil



PL não admite solução que descarte ex-presidente

Situação de Bolsonaro vira impasse na anistia

Uma solução ao mesmo tempo política e jurídica para a diminuição de penas de alguns condenados pelo 8 de Janeiro esbarra em Jair Bolsonaro.

Na última semana, o Supremo Tribunal Federal deu sinais de que aceitaria diminuir o peso de algumas de suas decisões, o universo político discute o projeto de diminuir penas que beneficiaria muitos dos que receberam

penas mais pesadas.

O problema é que o PL insiste na anistia: não quer pensar na possibilidade de solução que evite a prisão do ex-presidente e de alguns de seus antigos companheiros de articulação.

Já os governistas não admitem nada que possa demonstrar qualquer tolerância com Bolsonaro e com outros que fariam parte da cúpula golpista.

Não e sim

Advogado e presidente do Republicanos, o deputado Marcos Pereira (SP) diz que não pode haver anistia antes de condenação — isso tiraria Bolsonaro da lista de beneficiados. Mas o argumento tende a não vingiar entre os parlamentares, responsáveis por fazer as leis.

Amplitude

De autoria do então deputado Major Vitor Hugo (PL-GO), o projeto que serve de base à discussão da anistia é bem amplo. No primeiro artigo, livra de punições todos os que se envolveram em protestos a partir da confirmação da vitória de Lula em 2022.

Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados



Projeto de Vitor Hugo anistia crimes conexos

Proposta não beneficia apenas condenados

Além de não falar em beneficiar apenas condenados por tais atos, o projeto inclui na lista os “crimes políticos ou com estes conexos e eleitorais”.

O conceito de conexos abriga, pela redação da proposta, os casos “de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”. Ou

seja, todo mundo.

A abertura da porteira dificultaria ainda mais estabelecer normas que excluíssem Bolsonaro e sua trupe dos efeitos da lei.

A anistia de 1979, também usou o conceito de crimes conexos — no caso, com o objetivo de garantir impunidade aos que, em nome do Estado, mataram e torturaram.

Exceção

O jeitinho também em ação na época: devido à resistência dos militares em anistiar os militantes de esquerda que participaram dos chamados “crimes de sangue”, a lei não beneficiou condenados por “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”.

Jeitinho

Isso, porém, não impediu que todos os presos políticos fossem libertados e/ou fossem autorizados a voltar ao Brasil. Saídas jurídicas autorizadas pelo governo, como revisão de penas, deram um jeito de esvaziar as cadeias e de encher o setor de desembarque dos aeroportos.

Alternativas

Preocupado em conter a campanha pela anistia, o governo tenta impedir que o projeto seja votado na Câmara. Já o STF trabalha com a possibilidade de amenizar futuras punições e de, no limite, rever conceitos que geraram muitas penas superiores a 14 anos de prisão.

Fux e Xandão

Quem conhece o STF diz que, ao anunciar sua disposição de votar por uma pena menor para Débora Rodrigues dos Santos, o ministro Luiz Fux não jogou contra o colega Alexandre de Moraes, fez uma tabelinha com ele. Apontou uma saída para o risco de impasse.